

# Estudo Técnico Preliminar 27/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.039481/2024-54

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente processo administrativo tem por objetivo a contratação, através de Inexigibilidade de Licitação, da prestação de serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto para atender a unidade do INSS na cidade de Lages/SC:

- Agência da Previdência Social (APS) localizada na Rua GOVERNADOR JORGE LACERDA, 126, SALA 308, CENTRO, Lages/SC CEP: 88501-120 - Matrícula 7038127 Dígito 5;

2.2. Atualmente o serviço vem sendo prestado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LAGES-SEMASA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.532.421/0001-87, através do contrato nº 201/2015, processo nº 35346.003040/2013-18, com vigência por prazo indeterminado.

2.3. Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda - DFD (14887355) há necessidade de nova contratação para prestação do serviço de fornecimento água potável e coleta de esgoto, de acordo com a nova lei de licitações (Lei 14.133/2021).

2.4. A contratação do serviço de fornecimento de água potável e coleta de esgoto é essencial para o funcionamento da unidade do INSS na cidade de Lages/SC, tendo em vista sua essencialidade para o desempenho de suas atribuições básicas e cuja interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas do órgão.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LOG-CONC/SRSUL	Douglas Loss Zarpelon

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Legais:

- Decreto nº 24.643, de 10/07/1934: Código de Águas.
- Lei nº 11.445, de 2007: estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.
- Lei nº 8.987, de 13/02/1995: Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.
- Lei nº 9.074, de 07/07/1995: normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
- Lei nº 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.2. A contratação se dará por Inexigibilidade de Licitação, por ser a SEMASA de Lages/SC a única empresa autorizada a prestar os serviços no município. O amparo legal está no Inciso I do Artigo 74 da Lei 14.133/2021:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;*

4.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LAGES/SC- SEMASA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.532.421/0001-87 foi criada pela Lei nº 181/2003 (15029334) com a **finalidade de coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os serviços públicos de saneamento básico** no município de Lages/SC.

4.3.1. Cabe citar, também, os seguintes normativos municipais:

a) Decreto nº 6909 2003 SEMASA de Lages SC - Regulamento (15029360);

b) Tabela tarifas 2024 - SEMASA de Lages SC (15029428).

4.4. A prestação dos serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto é essencial para o funcionamento da unidade mencionada, por isso, seguindo a Orientação Normativa AGU Nº 36, de 13/12/2011 (transcrita abaixo), o prazo de vigência da contratação será por prazo INDETERMINADO:

*"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS."*

4.5. O serviço possui natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

4.6. Por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto no 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.7. Será observado o princípio da padronização, cujo objetivo é buscar a uniformização de produtos e serviços previamente selecionados e qualificados e, conseqüentemente, a redução de gastos; logo, tornar mais próspera a relação custo x benefício.

4.7.1. Não será, ainda, utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME n. 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

4.8. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 10 (dez) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021. Também será feita a divulgação do extrato do contrato e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

4.9. Em atendimento ao art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei 12.527/2011 (LAI), o inteiro teor do contrato será publicado na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão nº 1.855/2018).

4.10. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A Lei nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico e determina que os serviços de saneamento serão prestados pelos estados ou municípios, compreendendo o abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano, todos regulamentados pela Política

Federal de Saneamento Básico. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) não fiscaliza os serviços de saneamento e nem possui competência para aplicar penalidades, o que é atribuição das agências reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais e estaduais).

5.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LAGES/SC- SEMASA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.532.421/0001-87, estabelecida na rua MANOEL THIAGO DE CASTRO, 199 CENTRO - Lages/SC - CEP 88501-020, é responsável pelo fornecimento de água potável e coleta de esgoto no Município elencado neste Estudo Técnico Preliminar.

5.3. Existe a inviabilidade de competição, ou seja, quando “um dos contedores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas”.

5.4. Portanto, diante da hipótese de inexigibilidade de licitação quando restar demonstrada a exclusividade no fornecimento de água potável e saneamento básico na base territorial do município, por restar inviabilizada a realização de procedimento licitatório, traduzido em fornecedor exclusivo.

5.5. Conclui-se que o fornecimento de água potável e coleta de esgoto são serviços públicos sob regime de monopólio e fundamenta-se na Inexigibilidade de Licitação.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto visa o fornecimento de forma contínua, sendo imprescindível para a segurança e funcionamento das instalações prediais do INSS.

6.2. Caberá à SEMASA fornecedora do serviço acompanhar a medição do consumo de água, bem como a emissão das faturas para pagamento das tarifas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade a ser contratada é de 35 m<sup>2</sup> mensais, a qual foi baseada na média do consumo (m<sup>2</sup>) dos últimos 12 meses de 05/2023 a 04/2024, conforme tabela do histórico de consumo (15787034) extraída do site da SEMASA Lages:

Referência	Data Leitura	Leitura	Ocorrência	Consumo Medido	Consumo Faturado	Media Mensal	Tipo Cons . Fat.
04/2024	09/04/2024 10:18	4100		40	40	35	Lido
03/2024	08/03/2024 10:23	4060		33	33	35	Lido
02/2024	09/02/2024 10:02	4027		34	34	35	Lido
01/2024	09/01/2024 09:35	3993		34	34	34	Lido
12/2023	08/12/2023 09:36	3959		47	47	32	Lido
11/2023	08/11/2023 08:08	3912		38	38	30	Lido
10/2023	09/10/2023 09:37	3874		28	28	31	Lido
09/2023	11/09/2023 09:55	3846		34	34	34	Lido
08/2023	09/08/2023 09:36	3812		31	31	36	Lido
07/2023	08/07/2023 10:24	3781		31	31	36	Lido
06/2023	07/06/2023 09:35	3750		33	33	36	Lido
05/2023	09/05/2023 09:34	3717		28	28	36	Lido

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 8.784,00

8.1. A equipe de planejamento da contratação realizou o estudo do valor médio do consumo mensal, do contrato anterior, nº 201 /2015, processo nº 35346.003040/2013-18, celebrado com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE LAGES- SEMASA referente aos últimos doze meses, com base na relação de pagamentos extraída do GCWEB em 21/02/2024 (SEI 15029595) e encontrou os resultados descritos na tabela abaixo:

8.2. Com base na tabela abaixo, verificou-se que o valor **médio** mensal dos últimos doze meses foi de R\$ 488,61 (quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos):

<b>DIROFL - Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística</b>			
<b>Sistema de Gestão de Contratos do INSS - GCWEB</b>			
<i>Emitido em: 21/02/2024 18:48:21</i>			
<b>Pagamentos</b>			
#	Competência	Vencimento	Valor (R\$)
1	01/2024	12/02/2024	459,59
2	12/2023	10/01/2024	656,39
3	11/2023	11/12/2023	520,15
4	10/2023	10/11/2023	368,77
5	09/2023	10/10/2023	459,59
6	08/2023	11/09/2023	414,18
7	07/2023	10/08/2023	414,18
8	06/2023	10/07/2023	444,46
9	05/2023	12/06/2023	368,77
10	04/2023	10/05/2023	429,32
11	03/2023	10/04/2023	701,8
12	02/2023	10/03/2023	626,11
<b>Média mensal</b>			<b>R\$ 488,61</b>

8.3. Diante disso, optou-se por reduzir em 20% o valor mensal estimado no Documento de Formalização da Demanda - DFD (14887355) e considerar para a nova contratação o valor mensal de **732,00** (setecentos e trinta e dois reais), totalizando o valor anual estimado de **R\$ 8.784,00** (oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

8.4. O valor mensal **estimado** a ser contratado, além de cobrir reajuste 2024, ainda visa cobrir alterações sazonais do consumo. Há também que se considerar uma margem de segurança, uma vez que podem apresentar vazamentos.

8.5. Os valores unitários dos serviços são determinados pela Secretaria Municipal e, portanto, não são possíveis de serem negociados individualmente, estando a Administração neste caso equiparada ao consumidor do serviço público concedido.

8.6. As tarifas aplicadas constam na tabela tarifária 2024 (15029428) disponível no Site do SEMASA LAGES/SC: <https://www.semasalages.com.br/tarifas>.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é inviável pois o fornecedor detém exclusividade na prestação do serviço público municipal de água potável e coleta de esgoto na cidade de Lages/SC.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A nova contratação visa substituir o atual contrato da unidade em questão, contrato nº 201/2015, processo nº 35346.003040/2013-18, para contratação pela nova Lei de Licitações.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se faz consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, estando contemplada no Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 33, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, que aprova o Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2024/2027, bem como com a RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 37, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, que aprova o plano de ação do INSS para o ano de 2024.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2024.

11.2.1. A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações - PCA 2024, consoante Documento de Formalização da Demanda nº 125/2023 (SEI 14887479), contratação **510181/90098/2023**

11.3. Há também a previsão na Instrução Normativa nº 99 de 27/12/2018 que trata da centralização das licitações nas Superintendências.

11.4. Nesta mesma esteira tem-se a publicação da Resolução nº 556 /PRES/INSS, de 04/11/2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano de Ação do INSS, estabelecendo uma cesta básica de contratos para todas as unidades:

Ação	Indicador	Serviços e Insumos Considerados
Contratar 100% da Cesta Básica de Contratos.	Quantidade de contratos da cesta básica firmados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigilância Ostensiva;</li> <li>• Vigilância Eletrônica;</li> <li>• Manutenção Predial;</li> <li>• Manutenção de Ar Condicionado;</li> <li>• Limpeza;</li> <li>• Correios;</li> <li>• Telefonia Fixa;</li> <li>• Reprografia;</li> <li>• <b>Água,</b></li> <li>• Energia Elétrica e</li> <li>• Manutenção de Elevador (se existir).</li> </ul>

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção da prestação do serviço de fornecimento de água potável e coleta de esgoto para atender a APS de Lages /SC, serviços considerados essenciais ao funcionamento da unidade, sem o qual não seria possível o atendimento aos cidadãos e a concessão e manutenção de benefícios (atividade fim da Autarquia).

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a viabilidade da contratação pretendida, a equipe de planejamento deverá providenciar a instrução do processo com os documentos elencados no art. 72 da Lei 14.133/21:

*"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial"*

13.2. Além disso, após a contratação, a Administração deve manter acesso livre aos empregados e representantes da secretaria municipal às instalações da unidade consumidora na cidade de Lages/, para fins de inspeção e leitura, bem como deve efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nos termos do art. 1o da INSTRUÇÃO NORMATIVA N 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

14.2. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis prevê 4 (quatro) passos para os procedimentos de contratações sustentáveis:

1. Avaliar a possibilidade de reuso ou redimensionamento do objeto da contratação;
2. Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;
3. Análise do equilíbrio entre os princípios licitatório da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
4. Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos.

14.3. Passaremos a analisar cada item do Guia:

14.3.1. Não há de se falar em reuso no caso, visto à natureza de serviço contínuo do objeto da presente inexigibilidade;

14.3.2. Analisando a legislação pertinente ao objeto da licitação verifica-se que devido à sua natureza de serviço público essencial, o serviço de fornecimento de água e saneamento básico é amplamente regulado. As distribuidoras devem seguir os critérios de sustentabilidade pertinentes estabelecidos pela ANA.

14.3.3. A análise da isonomia e da vantajosidade de exigências relacionadas à critérios de sustentabilidade não se aplica devido ao regime de monopólio do serviço em tela;

14.3.4. O contrato resultante desta inexigibilidade tem previsão de gestão e fiscalização por parte de agente público posteriormente designado que deverá, em conjunto com a gestão dos contratos de manutenção predial e de limpeza e conservação, providenciar medidas cabíveis de prevenção e diminuição de desperdício e/ou redução de consumo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento considera viável a contratação, visto que contratação do Semasa de La é a única alternativa para disponibilizarmos aos segurados e aos servidores do INSS o fornecimento de água potável e coleta de esgoto naquela localidade, sem os quais não seria possível o atendimento aos cidadãos e a concessão e manutenção de benefícios (atividade fim do INSS).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 14898993

### **JULIANA DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 19/04/2024 às 11:46:48.*

Despacho: 14898993

### **FLAVIO GOBETTI SUZUKI**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 19/04/2024 às 14:54:00.*